



EDITAL

Nº 04/AM/EE/2022

PAULA MARIA DANIEL DE MELO LOPES PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, FAÇO PÚBLICO, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e oito de abril dois mil e vinte e dois, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INCLUSÃO DE ASSUNTO-----

A Senhora Presidente solicitou a inclusão um assunto (uma Proposta da Câmara Municipal) tendo em conta a urgência:-----

j) Terceira Revisão ao Orçamento da Despesa de Dois Mil e Vinte e Dois.-----

A Senhora Presidente, colocou a proposta para discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **Aprovada, por unanimidade.**-----

-----**ACOLHER REFUGIADOS E INTEGRAR MIGRANTES**-----

Pela Senhora Carmen Figueira, eleito do Bloco de Esquerda foi apresentada a seguinte Recomendação:-----

“RECOMENDAÇÃO-----

O horror da guerra volta à Europa. A Ucrânia, país soberano e com direito à sua autodeterminação, foi invadido militarmente pelo regime russo de Putin, violando o direito internacional, ato que condenamos veementemente. Uma guerra, como todas as outras, desumana e indefensável.-----

As consequências da guerra, são brutais: a destruição e a barbárie, a morte, milhões de refugiados, uma crise social internacional com forte influência na escalada inflacionista e no aumento do custo de vida do povo e dos trabalhadores, crise alimentar e energética, ímpetus securitários de natureza militar e alterações socioculturais profundas e perversas.-----

Entende o Bloco de Esquerda que é nossa responsabilidade lutar e apelar à paz, mas também responder localmente à crise humanitária. Num momento em que se estimam milhões de refugiados é necessário **reforçar políticas de acolhimento e integração.**---

No final de março, tinham dado entrada nos registos do SEF milhares de pedidos de proteção temporária, autorizados, de pessoas oriundas da Ucrânia com base de residência no Distrito de Setúbal, e algumas dezenas em Santiago do Cacém.-----

Cabe-nos a nós, a responsabilidade de acolher, proteger e integrar, refugiados de guerra, seja ela qual for, assim como receber e integrar quem procure aqui um lugar onde as vidas não estejam em risco ou o direito a uma vida melhor. São exemplo inúmeros os

20/4

casos de fixação de mão de obra migrante no concelho e nomeadamente em Ermidas-Sado. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 28 de abril de 2022, recomenda à Câmara Municipal de Santiago do Cacém:-----

- A elaboração de um Plano Municipal de Acolhimento a Refugiados -----
- A elaboração de um Plano Municipal de Integração de Migrantes” -----

A Senhora Presidente colocou a recomendação a discussão. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Carmen Figueira, eleita do BE.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a recomendação a votação, tendo sido **Rejeitada, por maioria, com dezasseis votos a** contra, das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Maria Margarida da Cruz Sobral Segundo, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Seis abstenções, sendo cinco das eleitas e dos eleitos do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Castanho Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

Cinco votos a favor, sendo quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um da eleita do BE, a senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

RESPOSTAS LOCAIS CONTRA A CARESTIA E O EMPOBRECIMENTO -----

Pela Senhora Carmen Figueira, eleito do Bloco de Esquerda foi apresentada a seguinte Recomendação:-----

“RECOMENDAÇÃO-----

Saídos da pandemia de Covid-19, estando ainda a sofrer a crise social dela resultante, que agravou em grande medida as desigualdades que já existiam, estamos agora perante uma nova crise. -----

A inflação disparou, e sem medidas políticas fortes que travem o aumento dos preços dos bens essenciais, as assimetrias serão agravadas, convocando novamente, os mesmo de sempre a pagar, os mais pobres, com baixos salários, precários, desempregados e pensionistas, aumentando a transferência de riqueza do trabalho para o capital, levando a um rápido empobrecimento da maioria da população e conseqüente o fosso entre ricos e pobres. -----

10/7

O aumento do custo de vida não abranda, com os rendimentos do trabalho a serem esmagados. Em março, o aumento dos preços já se situava nos 5,3%, o valor mais alto desde 1994, com especial incidência nos custos da energia (19,8%), transportes (11%) e alimentação (7,2%), o cabaz de produtos alimentares essenciais custa agora mais 10€, dados no INE.-----

As previsões são de agravamento da situação, e em estrita relação com o conflito militar na Ucrânia, os efeitos da Guerra e choque dos mercados ainda é uma incerteza, e conhecida a proposta na generalidade do Orçamento do Estado para 2022, o cenário não é animador. O OE22 não prevê atualizações salariais proporcionais ao aumento da inflação, o que não permite travar a perda de poder de compra dos funcionários públicos e pensionistas em particular e dos trabalhadores em geral. Estamos, portanto, perante um orçamento de austeridade.-----

Assim, dentro das competências e responsabilidades autárquicas que são nossa responsabilidade, por forma a responder localmente à carestia e ao empobrecimento, a Assembleia Municipal de SC, recomenda à Câmara Municipal de SC: -----

1. A manutenção da isenção do pagamento de rendas referentes aos espaços municipais arrendados ou concessionados, do pagamento das tarifas dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos para todas as IPSS e outras instituições equiparadas, bem como Associações de Bombeiros, e da redução de 50% do pagamento de rendas referentes aos espaços municipais arrendados ou concessionados para fins comerciais integrados nos setores de restauração, bebidas e afins. -----
2. A automatização da tarifa social da água; -----
3. A apresentação urgente da Estratégia Local de Habitação de Santiago do Cacém, direcionada para a criação de um mercado social de habitação.-----
4. A descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, na área social. -----
5. Proceder ao levantamento de todos os municípios que estejam em grupos de risco, conjuntamente, entre a equipa de Ação Social da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, GNR e comissões sociais de Freguesia, numa resposta de proximidade (priorizando a alimentação, medicamentos e habitação). -----
6. Identificar e responder a novos desempregados, num trabalho conjunto com a Segurança Social com a criação de um Fundo Social de Emergência para o efeito, direcionado para o pagamento de despesas inadiáveis.-----
7. Criar um programa de apoio ao comércio local que tenha impacto imediato, com recurso a formas de economia circular, apoio à venda da produção local através de plataformas digitais e infraestruturas comunitárias de venda local, e um canal de investimento público em pequenas obras de melhoramento dos espaços e equipamentos públicos como forma de apoio à revitalização da economia local”. -----

A Senhora Presidente colocou a recomendação a discussão. -----
Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Carmen Figueira, eleito do BE.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a recomendação a votação, tendo sido **Rejeitada, por maioria, com vinte e seis votos contra, sendo dezasseis das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de**

Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Maria Margarida da Cruz Sobral Segundo, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, cinco das eleitas e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Castanho Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. Um voto a favor, da eleita do BE a senhora Carmen Sofia Martins Figueira.-----

SAÚDE NO LITORAL ALENTEJANO-----

Pelo Senhor Vasco Jantarão da Silva, eleito do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte proposta de moção:-----

“MOÇÃO-----

Os membros da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém eleitos pelo Partido Socialista, manifestam mais uma vez a sua preocupação, relativamente à escassez de recursos humanos na área da saúde no Litoral Alentejano, o que coloca em causa a equidade aos cuidados de saúde, além da qualidade e segurança necessários aos mesmos. -----

É sobejamente conhecido o défice crónico de profissionais médicos, profissionais de enfermagem, técnicos de diagnóstico, assistentes operacionais e assistente técnicos, entre outros. -----

Atualmente a carência de profissionais de enfermagem e assistente operacionais, coloca em causa o normal funcionamento as diversas valências do Hospital do Litoral Alentejano, situação que coloca os pacientes em risco acrescido, permanecendo por vezes internados em condições provisórias em serviço de urgência, colocando ainda em maior pressão este mesmo Serviço que também apresenta carência destes profissionais.

Os eleitos do Partido Socialista de Santiago do Cacém, desenvolveram esforços junto da tutela para acessibilizar os meios para a captação, dos quais esperam uma maior atenção e consideram que os problemas dos cidadãos devem ser resolvidos de forma conjunta entre o poder central e poder local. -----

Atendendo aos considerandos anteriores os membros do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, submetem à votação a seguinte proposta de deliberação:-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, constituirá uma Comissão de Saúde nos mesmos moldes da anterior comissão constituída em abril dois mil e dezoito, de forma a analisar a situação da saúde no Concelho como também desenvolver ações para a formulação de medidas gerais de saúde a prestar no concelho. -----

A Senhora Presidente, colocou a proposta para discussão. -----
Interveio a Senhora Margarida Santos, eleita da CDU. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **Aprovada, por unanimidade.** -----

CELEBRAR ABRIL, AFIRMAR E VALORIZAR O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO – MOÇÃO -----

Pela Senhora Quitéria Gaspar, eleito da CDU foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“Moção - Celebrar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático -----

Com o 25 de abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida, a marca que lhe garantiu e garante sustentação.-----

As operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. -----

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. -----

Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.-----

Celebrar abril, é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas da política de direita têm contrariado. -----

Por aís que reescrevam, abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. -----

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. -----

Defender abril é valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. -----

Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. -----

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar, se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 28 de abril de 2022 delibera:

1. Saudar o 48º. Aniversário do 25 de abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; -----
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; -----
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando abril em cada dia de trabalho e luta; -----
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de moção a discussão.-----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, o Senhor Carlos Mesquita Figueiredo, eleito do PS, a Senhora Margarida Santos, eleita da CDU e o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a recomendação a votação, tendo sido **Aprovada, por maioria, com dezassete votos favor, sendo dezasseis das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Maria Margarida da Cruz Sobral Segundo, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um voto a favor, da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira.** -----

Cinco abstenções, das eleitas e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Castanho Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva. -----

Cinco votos contra, sendo quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

PROPOSTA DE HOMENAGEM ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA -----

Pela Senhora Margarida Santos, eleita da CDU foi apresentado o seguinte Voto de Homenagem: Proposta de Voto de Homenagem -----



“Adriano Correia de Oliveira nasceu no Porto, em 9 de abril de 1942, e morreu em Avintes, em 16 de outubro de 1982, pelo que se completam 80 anos do seu nascimento, o que está a ser alvo de diversas iniciativas organizadas a nível nacional por parte de uma Comissão Executiva nomeada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, que inclui concertos musicais, edição de livros, debates e exposições itinerantes por todo o país.-----

Após concluir os estudos secundários no antigo Liceu Alexandre Herculano, Adriano matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959, onde teve uma intensíssima participação no meio cultural e desportivo ligado à academia.-----

Adriano, foi um músico português interprete da canção de Coimbra e cantor de intervenção. São céleres algumas das suas canções, com poemas de poetas contemporâneos como Manuel da Fonseca, António Gedeão e Manuel Alegre, como “A Trova do vento que passa”, espécie de hino da resistência dos estudos à ditadura de Salazar. Diversos álbuns foram editados pela Orfeu, desde 1967, como “Adriano Correia de Oliveira”, “O Canto e as Armas”, “Cantaremos”, “Que nunca mais” e “Cantigas Portuguesas”. Mas outros singles e EP’s foram publicados antes e depois do 25 de abril de 1974. Recebeu várias condecorações, designadamente Comendador da Ordem da Liberdade e Grande – Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida no dia 28 de abril de 2022, delibera aprovar um Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, saudar as Comemorações 80º aniversário e apoiar o programa comemorativo organizado pela comissão Executiva.-----

A ser aprovado, este Voto deverá ser enviado ao Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira. (Avintes)-----

A Senhora Presidente colocou a proposta de moção a discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **Aprovada, por unanimidade.**-----

CONDENAÇÃO DA ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO RUSSA NA UCRÂNIA-----

Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----


Condenação da atuação da Federação Russa na Ucrânia-----

No passado dia 24 de fevereiro teve início um ataque militar levado a cabo pela Federação Russa em território ucraniano.-----

Embora este ato já tenha sido amplamente condenado, não podemos deixar de revalidar a nossa indignação para com os acontecimentos registados com a evolução deste conflito e reforçar os apelos ao fim do mesmo.-----

Ao longo dos últimos dias, à medida que as tropas Russas abandonam algumas cidades perto de Kiev e que estiveram sob o seu controlo, o mundo tem sido confrontado com atrocidades que a maior parte de nós julgava impensável em pleno século XXI.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida no dia 28 de abril de 2022, repudia as atrocidades cometidas pelas tropas russas nas cidades



Ucraniana de Bucha, Irpin e outras localidades, bem como as declarações proferidas pelo embaixador russo na Organização das Nações Unidas, classificando como “encenação” as imagens e relatos divulgados”.

Interveio a Senhora Margarida Santos, eleita da CDU e o Senhor Carlos Mesquita Figueiredo, eleito do PS.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a recomendação a votação, tendo sido **Aprovada, por maioria, com onze votos a favor, sendo, cinco das eleitas e dos eleitos do PS** Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Castanho Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, um, da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.

Dezasseis abstenções, das e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Maria Margarida da Cruz Sobral Segundo, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela Senhora Margarida Santos, eleito da CDU foi apresentada a seguinte proposta de Moção:

“É preciso pôr fim a uma guerra que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições vida dos trabalhadores e dos povos.

Ninguém pode ser indiferente ao sofrimento e destruição associadas à guerra seja ela qual for. A morte e a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e forte razão porque devem ser evitadas. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se concentrem os esforços de todos os que defendem a paz.

As notícias difundidas a partir dos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia sobre os alegados “crimes de guerra” ocorridos em Bucha não só são inquietantes como exigem cabal apuramento.

Considerando que todos os actos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países;

Considerando comprovados exemplos em que determinadas situações apresentadas como verdadeiras, se vieram posteriormente a confirmar falsas e baseadas em operações

de manipulação – de que é testemunho a invocada existência pelos EUA de armas de destruição massiva que conduziu à guerra no Iraque com colossais sacrifícios e perdas humanas – inseridas numa linha de provocação para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência e para forjar acusações e responsabilidades que se vieram a revelar falsas; -----

Considerando os graves perigos da escalada da guerra para a região e o mundo e a urgência de soluções que garantam a paz; -----

Considerando que esta Assembleia Municipal já se pronunciou sobre a guerra na Ucrânia. -----

A bancada da CDU abstém-se na moção por esta não ter em conta todo o historial da guerra na Ucrânia. A CDU, defende sim, o cabal apuramento das responsabilidades dos crimes de guerra, sem julgamentos precipitados, tal como o fim da escalada belicista e o cessar-fogo imediato com vista as negociações de Paz”. -----

-----ORDEM DO DIA-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Relatório Semestral do Auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município-----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **TOMAR CONHECIMENTO** do relatório semestral sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 2º semestre de 2021, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas. -----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual”. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata. -----

b) Documentos de prestação de contas 2021-----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **PROPOSTA:** Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal Documentos de Prestação de Contas individuais de 2021, elaborados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na redação atual, e da Instrução n.º 1/2019 e Resolução n.º 2/2021 do Tribunal de Contas, onde constam os seguintes dados:-----

Balanço -----

o Total do ativo –146.047.749,44€ -----

o Património líquido –133.060.149,31€ -----

o Passivo –12.987.600,13€ -----

Demonstração de Resultados -----

o Rendimentos –29.335.891,18€ -----

o Gastos –28.060.245,05€ -----

o Resultados Líquidos –1.275.646,13€ -----
 Demonstração Fluxos de Caixa -----
o Recebimentos –31.851.806,09€ -----
o Pagamentos –29.665.854,32€ -----
 Demonstração Desempenho Orçamental -----
o Recebimentos –31.657.522,11€ -----
o Pagamentos –29.515.655,54€ -----
 Saldos Iniciais -----
o Operações Orçamentais –3.459.793,94€ -----
o Operações de Tesouraria –252.635,77€ -----
 Saldos Finais -----
o Operações Orçamentais –5.601.660,51€ -----
o Operações de Tesouraria –296.720,97€ -----

FUNDAMENTOS: Conforme o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo n.º 33 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e na alínea I do n.º 2 do artigo 25.º da mesma Lei, na redação atual -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata. -----

INTERVENÇÕES: Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, e o senhor Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo eleito do PS. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por maioria, com dezasseis votos a favor, das e dos eleitos da CDU, senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Maria Margarida da Cruz Sobral Segundo, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Seis votos contra, sendo um da eleita do BE a senhora Carmen Sofia Martins Figueira, um do eleito do CHEGA_ senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira., quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcelos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----

Cinco abstenções, das eleitas e dos eleitos do PS senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Castanho Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva”. -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE, foi apresentada a seguinte

Declaração de Voto: Sendo um documento de prestação de contas referente a um orçamento que votámos contra por este não considerar financeiramente prioritárias questões como a habitação e a autos suficiência energética dos edifícios da Câmara Municipal, não incluindo nenhuma das inúmeras propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao abrigo do Estatuto da Oposição, votamos contra”. -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO: Pelos eleitos da CDU foi apresentada a seguinte

Declaração de Voto: A bancada da CDU gostaria de salientar, uma vez mais, o equilíbrio e o rigor financeiro evidenciado nos documentos apresentados pela Câmara Municipal, sendo de salientar a redução da dívida, situando-se agora em 5,6 milhões de euros, tendo o passivo apresentado uma diminuição de 1,2 milhões de euros. -----

O valor do Orçamento realizado em 2021 foi de 29,9 milhões de euros o que corresponde ao mais elevado orçamento implementado pelo Município de Santiago do Cacém mantendo a trajetória ascendente que já se verificava nos últimos anos. -----

Mesmo numa situação de elevados constrangimentos externos (COVID19) o município manteve uma elevada capacidade de captação de financiamento (fundos comunitários), associada a uma elevada capacidade de conceção e apresentação de projetos de investimento e de uma elevada capacidade de concretização desses projetos no terreno.

O total de receitas do Município aumentou 8,8% em comparação com 2020, fixando-se em cerca de 35,1 milhões de euros, representando uma taxa de execução de 82,83%. ----

Os gastos situaram-se em cerca de 28 milhões de euros o que representa um aumento de 19,18% principalmente devido ao aumento dos preços de energia, combustíveis, serviços e materiais diversos.-----

Uma nota positiva também pelo trabalho permanente realizado em prol das populações, num ano marcado pela pandemia que a todos nos assolou, mas foi também, indiscutivelmente marcado pelo forte investimento municipal nas diversas áreas, catapultando o nosso Concelho para parâmetros de desenvolvimento económico e social, e principalmente de qualidade de vida das populações, nomeadamente no âmbito da cultura, educação, desporto, juventude, espaços públicos, turismo, planeamento, recursos humanos, entre tantas outras áreas que tiveram notórias melhorias e que são sobejamente evidentes. -----

Foi igualmente notório o forte investimento público da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, que de acordo com um planeamento estrategicamente bem construído levou a cabo a requalificação da Escola n.º 2 de Santo André, a requalificação de inúmeras escolas rurais, as pavimentações de caminhos e estradas municipais em todo o território, a melhoria das condições de trabalho e a aquisição de equipamentos para a melhoria da produtividade e da qualidade de serviço dos trabalhadores da autarquia, as conclusões das requalificação dos centros históricos de Cercal do Alentejo e Alvalade-Sado, a inauguração do Museu de Arqueologia de Alvalade e tantas outras que permitem projetar o Município e as suas populações rumo ao futuro.-----

Num ano marcado pela pandemia causada pela doença por COVID-19, como já referimos, foi notório o trabalho realizado pelos eleitos da CDU e pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, pelo que fizeram neste ano particularmente difícil, desde logo pela garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais e depois por todas as medidas que foram tomadas no combate ao COVID-19 e aos seus efeitos colaterais, nomeadamente o apoio que foi dado às entidades solidariedade social, às forças de segurança e de socorro e bem assim os apoios dados às famílias, ao comércio de proximidade e o apoio às pequenas e médias empresas (mais de 600.000,00€ de taxas e serviços não cobrados). Não temos dúvidas que as medidas

tomadas foram as adequadas, foram decisivas e fundamentais no combate à pandemia, e tiveram igualmente reflexos no emprego e conseqüentemente no rendimento das famílias.-----

Lamentamos, por outro lado, a falta de empenho do Governo na resolução de problemas que afetam as autarquias, quer as câmaras municipais, quer as juntas de freguesia, nomeadamente no incumprimento da Lei das Finanças Locais, no processo de transferência de competências, ferido não só de falta de informação como também dos pacotes financeiros, manifestamente insuficientes, nas questões da Saúde, uma vez mais relatadas nesta Assembleia, as quais se têm vindo a agravar, na privatização dos Serviços Públicos que, invariavelmente, resulta numa prestação de serviços mais deficiente e prejudicial para a população. -----

A bancada da CDU deixa, no geral, uma nota muito positiva para a criteriosa gestão efetuada no ano de 2021.-----

c) Adesão à Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV)-----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **PROPOSTA:** Submeter para aprovação da Assembleia Municipal a adesão do Município de Santiago do Cacém à Associação de Municípios Portugueses do Vinho.-----

FUNDAMENTOS: De facto: A Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) desenvolve ações de promoção das relações entre os territórios produtores de vinho. -----

A AMPV dedica-se à valorização e promoção dos territórios, dos recursos naturais, históricos, culturais e dos produtos endógenos para assegurar a presença de população no mundo rural e incentivando uma oferta turística integrada.-----

A AMPV é parceira de várias entidades que contribuem para a valorização do conhecimento e promoção do setor do vinho, do turismo e da agricultura. -----

A AMPV visa a promoção e o apoio ao desenvolvimento de projetos de qualificação e valorização territorial que reforcem a qualidade de vida dos cidadãos e a coesão social e económica. -----

De direito: De acordo com o disposto nas alíneas e) e m) do n.º 2 do Artigo 23.º, alínea u) do Artigo 25.º e alíneas t) e s) do n.º 1 do Artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

INTERVENÇÕES: Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar.-----

FORMA: Por unanimidade.-----

“DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE, Senhora Carmen Figueira foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “O Bloco de Esquerda vota a favor, referindo que a Associação possa incluir e contribuir para os pequenos produtores e induzir a produção local e cooperativa”.-----

d) Empreitada de Valorização do Jardim Municipal de Santiago do Cacém alteração de compromissos plurianuais.-----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a execução da Empreitada de Valorização do Jardim Municipal de Santiago do Cacém, no montante estimado de 2067000,00 € (IVA Incluído), a ter lugar no próximo ano de 2023.-----

FUNDAMENTOS: a) -De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

b) -Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

c) -Tendo em consideração a necessidade de reprogramação dos trabalhos que constituem a empreitada, e o preço base do concurso a levar a efeito posteriormente. ----

INTERVENÇÕES: Senhor Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais e da Senhora Carmen Sofia Martins Figueira eleita do BE.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar.-----

FORMA: Por maioria, com dezasseis votos a favor, das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Maria Margarida da Cruz Sobral Segundo, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Seis votos contra, sendo quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, um da eleita do BE a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. ---

Cinco abstenções, das eleitas e dos eleitos do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Castanho Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva”. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE, Senhora Carmen Figueira foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “O projeto do Jardim Municipal foi tacitamente aprovado, aquando da aprovação do Orçamento na generalidade. Foi depois aprovado o lançamento da empreitada na Reunião de Câmara do dia 17 de fevereiro de 2022, sendo agora pedida uma alteração ao orçamento por alegada "reprogramação de trabalhos". -----

A Câmara Municipal não tinha que apresentar o projeto à AM, mas deveria tê-lo feito, no entendimento do Bloco, na medida em que se trata de um lugar emblemático da cidade e ouvir todas as forças políticas aqui representadas só ser positivo. Entendemos que deveria ter havido lugar a apresentação do projeto e debate.

JA

Não tendo havido, tomou conhecimento dele porque o requereu e recebeu-o fora do prazo útil dessa discussão. Preocupa-nos o abate de árvores e a desadequada colocação de um quiosque. -----
Consideramos que é mais uma situação de desrespeito pela AM e pelo exposto, o Bloco só pode votar contra”. -----

e) Contratos Interadministrativos de delegação de Competências na área da Educação -----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal, as minutas dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nos Agrupamentos de Escolas de Cercal do Alentejo, Professor Arménio Lança, de Santiago do Cacém e de Santo André, para efeitos de autorização nos termos legais. -----

FUNDAMENTOS: UM –Artigo 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março na sua redação atual, artigos 10.º e 11.º da Lei n.º50/2018 de 16 de agosto na sua redação atual, n.º 1 do artigo 4.º, artigo 33.º, artigo 36.º, n.º 3 do artigo 44.º, artigo 46.º, artigo 49.º, alínea b) do artigo 64.º e artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 na redação atual, alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, alínea a) do n.º1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º e n.º 1 do artigo 120.º do anexo 1 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na redação atual; -----

DOIS –As propostas dos Contratos em causa foram previamente avaliadas e discutidas com os Diretores e Diretoras dos Agrupamentos de Escolas. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata. -----

INTERVENÇÕES: Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, e o Senhor Carlos Luis de Matos Coelho E Mesquita de Figueiredo eleito do PS. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por unanimidade. -----

AUSÊNCIA TEMPORÁRIA: do Senhor Manuel Botelho Mourão, eleito pelo PS. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE, Senhora Carmen Figueira foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Não obstante a posição do Bloco de Esquerda sobre a trapalhada que é este processo de Delegação de Competências por parte do Governo PS, que não se faz acompanhar do devido e proporcional envelope financeiro, já aqui bastante falada, votamos a favor, na medida em que defendemos uma gestão de proximidade que promova a economia local, circular e cooperativa, e o consumo de produtos, por exemplo, que não precisam de percorrer enormes distâncias para chegar a nós, diminuindo também a fatura de carbono”. -----

f) Transferência de competências na área da Educação –Agrupamento de Escolas Prof. Arménio Lança –Refeitório Escolar da Escola Básica Prof. Arménio Lança – proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a sua gestão e funcionamento-----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização a minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para gestão e funcionamento do Refeitório Escolar da Escola Básica Prof. Arménio Lança.-----

FUNDAMENTOS:UM –Alínea m) do n.º 1 do artigo 33º e n.º 1 do artigo 120º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, alínea a) do n.º 2 do artigo 11º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, e n.º 1 do artigo 4º, n.ºs 1 e 2 do artigo 35º e n.º 3 do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro na sua redação atual. --

DOIS –O Agrupamento de Escolas Prof. Arménio Lança expressou, por escrito, a sua concordância com o teor da minuta.-----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata.-----

INTERVENÇÕES: Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar.-----

FORMA: Por unanimidade.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE, Senhora Carmen Figueira foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Não obstante a posição do Bloco de Esquerda sobre a trapalhada que é este processo de Delegação de Competências por parte do Governo PS, que não se faz acompanhar do devido e proporcional envelope financeiro, já aqui bastante falada, votamos a favor, na medida em que defendemos uma gestão de proximidade que promova a economia local, circular e cooperativa, e o consumo de produtos, por exemplo, que não precisam de percorrer enormes distâncias para chegar a nós, diminuindo também a fatura de carbono”.-----

g) Transferência de competências na área da Educação –Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo –Refeitório Escolar da Escola Básica n.º 1 de Cercal do Alentejo: proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a sua gestão e funcionamento-----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização a minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para gestão e funcionamento do Refeitório Escolar da Escola Básica n.º 1 de Cercal do Alentejo.-----

FUNDAMENTOS: UM –Alínea m) do n.º 1 do artigo 33º e n.º 1 do artigo 120º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, alínea a) do n.º 2 do artigo 11º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, e n.º 1 do artigo 4º, n.ºs 1 e 2 do artigo 35º e n.º 3 do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro na sua redação atual. --

DOIS –O Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo expressou, por escrito, a sua concordância com o teor da minuta.-----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata.-----

INTERVENÇÕES: Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar.-----

FORMA: Por unanimidade.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE, Senhora Carmen Figueira foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Não obstante a posição do Bloco de Esquerda sobre a trapalhada que é este processo de Delegação de Competências por parte do Governo PS, que não se faz acompanhar do devido e proporcional envelope financeiro, já aqui bastante falada, votamos a favor, na medida em que defendemos uma gestão de proximidade que promova a economia local, circular e cooperativa, e o consumo de produtos, por exemplo, que não precisam de percorrer enormes distâncias para chegar a nós, diminuindo também a fatura de carbono”. -----

h) Aquisição de prédio para ampliação da área de acolhimento empresarial de Santiago do Cacém -----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **PROPOSTA: UM** –Solicitar autorização à Assembleia Municipal para aquisição do prédio misto com a área de 93 189,00 m², inscrito na matriz cadastral sob parte do art.º 102º da secção L, e na matriz predial urbana sob o art.º 759º, ambos da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o nº 103/19850305. -----

Dois-Que a aquisição seja efetuada pelo montante global de 900.000.00€, sendo 880.000,00€ para a parte rústica, e20.000,00€ para a parte urbana, a pagar com a celebração da escritura de compra e venda. -----

Três-Que a área do referido prédio seja destinada à ampliação da área de acolhimento empresarial de Santiago do Cacém. -----

FUNDAMENTOS: UM –O Município tem interesse em ampliar a área de acolhimento empresarial de Santiago do Cacém, por forma a poder dar resposta aos demais interessados em instalar-se na zona, promovendo o desenvolvimento de atividades económicas de interesse para o Município e para a região. -----

Dois - O prédio em questão reúne as condições necessárias para o efeito, quer pela sua localização, confinante com a área existente, quer pelo seu enquadramento urbanístico e respetiva morfologia. -----

Três - O atual proprietário demonstrou disponibilidade para a venda do mesmo. -----

Quatro - O preço de venda pedido ao Município, enquadra-se no valor resultante da avaliação externa efetuada ao mesmo. -----

Cinco – Nos termos da alínea ccc) do nº1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a autorização prevista na alínea i) do nº1 do art.º 25º do referido Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

INTERVENÇÕES: Senhor Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar.-----

FORMA: Por maioria, com vinte e um votos a favor sendo dezasseis votos a favor, das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana

Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Maria Margarida da Cruz Sobral Segundo, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

Cinco abstenções, das eleitas e dos eleitos do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Castanho Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva”. -----

Um voto contra, da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE, Senhora Carmen Figueira foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “O que nos é apresentado é a compra de um terreno para ampliação da ZIL de Santiago do Cacém, por UM Milhão de Euros, à Caixa Agrícola. Esta aquisição chega à votação na AM sem qualquer plano, mapa, estratégia associada ou indicação de potenciais interessados em se fixarem. Dizem-nos apenas que existem, sem mais informações, e devemos acreditar, como num ato de fé.

Entendemos que votar favoravelmente esta alínea seria passar um cheque em branco perante o que apenas sabemos ser um negócio chorudo.-----

O Bloco de Esquerda estará sempre ao lado do desenvolvimento sustentado do concelho, pela defesa das empresas, do emprego com direitos e da economia local, acompanhando projetos que sejam claros, que permitam aos munícipes conhecer os planos e destinos do lugar onde vivem. Por considerar que não estão reunidas estas premissas, votamos contra”. -----

i) Reconhecimento de Interesse Público-----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **PROPOSTA** Submeter à Assembleia Municipal para aprovação, o reconhecimento de interesse público para instalação de um estabelecimento de ensino de cariz internacional, no prédio denominado “Herdade das Minas”, inscrito na matriz rústica sob o artigo 19, secção H e na matriz urbana sob os artigos 209 e 210, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 846, de 19/10/2009, da freguesia de São Francisco da Serra.-----

FUNDAMENTOS: DE FACTO: UM: O Município dispõe de atribuições no domínio da promoção e desenvolvimento que passa pela qualificação e inovação da base económica, nomeadamente na aposta e desenvolvimento de atividades emergentes, que consequentemente criem emprego e fixem as populações, este objetivo encontra-se plasmado na estratégia de desenvolvimento Municipal prevista no artigo 2.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém (PDMSC).

Correlacionado com o referido o Município detém atribuições no domínio do ordenamento do território e urbanismo.-----

DOIS: O reconhecimento de interesse público para instalação de estabelecimento de ensino de cariz internacional denominado “*Santiago College*” tem como objetivo enfrentar um dos desafios mais importantes do nosso tempo: educar as gerações futuras para um mundo em rápida evolução, mas que, ao mesmo tempo possam aprender as ferramentas para resolver os desafios globais com um espírito de respeito e empatia. ----

TRÊS: Para isso, é proposta a criação de um internato internacional na freguesia de São Francisco da Serra, no concelho de Santiago do Cacém. A escola combinará o rigor e a excelência dos métodos tradicionais de ensino, com as mais modernas metodologias de ensino, designadamente através: -----

(...) a escola fará todos os esforços para ensinar aos alunos a importância de alcançar a sustentabilidade em todas as formas possíveis e irá dar o exemplo, criando um campus que respeite a natureza, que seja autónomo no uso de recursos e que possa servir de vitrine para futuras tecnologias climáticas. -----

(...) o concelho de Santiago do Cacém é uma das zonas-chave da região, com um centro histórico único, e com uma atividade que será capaz de fornecer os bens básicos do quotidiano de que uma escola necessita, além de uma envolvente ambiental que vai da floresta mediterrânica, às reservas naturais e a uma das mais belas costas na Europa. A ligação entre Santiago do Cacém e a vizinha Sines também será benéfica para a escola, pois esta pretende posicionar-se na vanguarda do estudo da atividade energética, dados e sustentabilidade em toda a região, em termos de ensino. -----

TRÊS: O local escolhido para a escola, na zona norte do concelho, fica ao lado de uma estrada principal (IC33) e a 12 minutos da A2 (Lisboa- Algarve) que liga, principalmente, a Lisboa e ao seu aeroporto internacional em 1 hora e 15 minutos: uma distância crucial para permitir que professores, pais e alunos a viajar. É igualmente servido pela proximidade de uma linha ferroviária em Grândola. -----

QUATRO: A escola pretende ser uma referência no ensino de sustentabilidade e inovação, através do respeito à natureza, pelo que é essencial que seja implementada onde seja possível o contato direto com o meio ambiente natural. Os 60 hectares do local escolhido, permitirão cultivar alimentos para a escola de forma orgânica, usar a água em toda a área para funcionar independentemente da rede pública de abastecimento e aproveitar a energia do sol e dos ventos para sua autonomia energética. -----

CINCO: Há uma crescente consciencialização e desenvolvimento tecnológico na procura de se alcançar a construção sustentável no campo da arquitetura e engenharia. Os promotores do projeto “*Santiago College*”, juntamente com a equipe de desenho e projeto, comprometeram-se a ir além desses esforços anteriores para alcançar um projeto e esquema operacional que não seja apenas sustentável, mas também regenerativo. -----

SEIS: Para o efeito, será fundamental maximizar a utilização de materiais, indústrias e mão de obra locais, para que a intervenção se integre plenamente no seu contexto físico.

(...) o “Santiago College” procura dar um exemplo de como a arquitetura pode não apenas ser sustentável, mas também produtiva e regenerativa. “Santiago College” terá

um impacto positivo na comunidade, demonstrando como ser possível gerar sua própria energia, introduzir técnicas agrícolas que respeitem o ambiente, recolher e purificar a água da chuva e usar materiais locais para construir edifícios integrados e de baixa manutenção. -----

SETE: A fase de construção vai criar cerca de 200 empregos, que se esperam sejam cobertos por construtores e especialistas locais, assim como materiais e equipamentos para a construção da escola, que também possam ser adquiridos de fornecedores locais, sempre que possível. -----

OITO: Dos cerca de 450 alunos da escola, pelo menos 10% serão portugueses e além disso, um amplo programa de bolsas de estudo será projetado para promover a igualdade de oportunidades para todos. -----

NOVE: Concluída a escola, a mesma irá gerar cerca de 100 empregos diretos, entre professores, funcionários administrativos, auxiliares, cozinha, manutenção, paisagismo, pessoal de apoio à residência e alojamento e, além disso, serão criados cerca de 100-150 empregos indiretos. -----

DEZ: O investimento total para o projeto está estimado em cerca de 45 milhões de euros (...). Uma vez aberta, a funcionar, a escola não apenas atrairá estudantes e recursos internacionais para a região anualmente, mas também colocará Santiago do Cacém no centro das atenções internacionais para arquitetura, tecnologia e educação de última geração, sendo um equipamento único, inovador e de enorme mais valia regional, atraindo investimento, potenciando o conhecimento e criando postos de trabalho. -----

DE DIREITO: UM: De acordo com o artigo 51.º do Regulamento do Plano Diretor do Municipal de Santiago do Cacém (PDMSC), na sua atual redação, prevê-se que: -----

1-Para além dos equipamentos, estruturas, infraestruturas e outras ocupações identificadas na presente subsecção e delimitadas na planta de ordenamento, podem ainda instalar-se em solo rústico outras de reconhecido interesse público. -----

2-A não delimitação na planta de ordenamento, implica que o procedimento de controlo prévio a operação urbanística a realizar seja acompanhado da alteração do PDMSC, para a constituição de uma categoria ou subcategoria de solo com regime de uso próprio. -----

DOIS: Em conformidade com o artigo 23.º n.º 2 alíneas m) e n) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, são atribuições do município: -----

m) Promoção do desenvolvimento; -----

n) Ordenamento do território e urbanismo. -----

TRÊS: Por seu turno cabe à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º n.º 2 alínea k) do RJAL: *Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;* sendo competência material da Câmara Municipal *Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta,* em consonância com o previsto no artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) do referido diploma. -----

QUATRO: Acresce a previsão regulamentar constante do PDMSC sobre os “Objetivos e estratégia de desenvolvimento municipal” no qual se indica no artigo 2.º, n.º 2 alínea b) e subalínea ii), constituírem: -----

Linha estratégica II — Qualificação e Inovação da Base Económica; -----

ii) Objetivo 2 — Apostar e desenvolver atividades emergentes. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata. -----

INTERVENÇÕES: Senhor Manuel Botelho Mourão eleito do PS, o Senhor Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo eleito do PS, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira eleita do BE, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais e a Senhora Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos eleita da CDU. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar. -----

FORMA: Por maioria, com vinte e quatro votos a favor sendo dezasseis votos a favor, das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Maria do Carmo da Conceição Francisco Fortuna, Maria Margarida da Cruz Sobral Segundo, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro, das eleitas e dos eleitos do PS, Senhor/a/e/s Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Castanho Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, três das eleitas e dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

Uma abstenção, do eleito do PS, Senhor Manuel Botelho Mourão. -----

Um voto contra, da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

AUSÊNCIA TEMPORÁRIA: Do Senhor Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos do eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: **Pela eleita do BE, Senhora Carmen Figueira foi apresentada a seguinte Declaração de Voto:** “O que está aqui a votação é a Reconhecimento de Interesse Público de um estabelecimento de Ensino Privado, de e para elites. -----

Muito nos espanta a unanimidade de votos favoráveis em Reunião de Câmara - CDU, PS e PSD. -----

Claro que ter a direita a votar favoravelmente não suscita nenhuma admiração – é a sua natureza. -----

Mas o PS que bate no peito para se dizer de esquerda, enaltecendo sempre os valores de Abril nos seus discursos, mas nos seus atos, no terreno, vai mais uma vez na contramão.

Mas o que nos espanta mais é o PCP, que fere aqui, de morte, a sua ideologia, trai os seus valores antiliberais e anticapitalistas e trai, sobretudo o seu eleitorado. Confesso que até receber esta convocatória eu sentia que somos um município de esquerda.

Depois desta votação, esta esquerda que governa em Santiago há quase 50 anos, com quem tantas vezes concordo e outras tantas discordo, fica manchada para sempre. -----
E é por considerar uma traição para com as pessoas que votaram em nós que convoco cada deputado de esquerda aqui presente a pronunciar-se sobre esta questão, a dizer qualquer coisa de esquerda, a abrir mão de alguma disciplina de voto a que possam estar sujeitos, no fundo, a votar contra.-----
Estar à esquerda é votar contra o Interesse Público nesta matéria. E o Bloco vota contra".-----

Pelo eleito do PS, Senhor Manuel Mourão foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Abstenho-me, não seguindo o voto da minha bancada em virtude de o projeto não estar claro e não se ficar a saber o tipo de alunos a que o mesmo é dirigido. -----
Discordo ainda do principio que está subjacente ao mesmo, que é ser para alunos de elite.”-----

j) Terceira Revisão ao Orçamento da Despesa de Dois Mil e Vinte e Dois.-----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar o assunto **PROPOSTA** Submeter a terceira Revisão ao Orçamento da Despesa de Dois Mil e Vinte e Dois à Assembleia Municipal, para incorporação da despesa relacionada com a indemnização por cessação de funções relativa ao pessoal não docente em regime de contrato de trabalho a termo, no âmbito das transferências de competências para os órgãos municipais no domínio da Educação.

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99 de 22 de Fevereiro, na redação atual, e a Norma de Contabilidade pública – NCP 26 – Contabilidade e relato Orçamental constante do anexo II ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP.-----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro na redação atual.-----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata.-----

INTERVENÇÕES: Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar.-----

FORMA: Por unanimidade.-----

PARA CONSTAR SE PUBLICA ESTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DE ESTILO.-----

Santiago do Cacém, 3 de maio de 2022

A PRESIDENTE,